

Por uma teoria da História pela História

João Francisco Schramm ¹

Resumo: o objetivo desse artigo é acompanhar uma discussão sobre as correntes teóricas que a História esteve sujeita desde o período de sua fundação profissional acadêmica no séc. XIX até os dias de hoje, centralizada no debate dessa disciplina com as Ciências Sociais, com o intuito de se melhor compreender o presente momento histórico em que a disciplina se volta para questões teóricas a partir de perspectivas próprias. Essa busca por questões teóricas próprias não significa que a História se mantenha como disciplina autônoma ou alheia às demais ciências humanas, mas que ela mesma e ao mesmo tempo a própria Ciências Sociais, notavelmente a Antropologia, estimulem problemas e abordagens segundo metodologias e teorias aplicadas mais ao campo e a empiria, ao renunciar de operacionalizações totalizantes, abstratas e estruturais.

Palavras-chave: Teoria; História; Ciências Sociais.

Résumé: el objetivo de este artículo es seguir el debate sobre las corrientes teóricas que la Historia ha sido objeto desde el momento de su fundación profesional académico en el siglo XIX hasta el día de hoy, centrada en el debate de esta disciplina en el campo de las Ciencias Sociales, con el fin de comprender mejor el presente momento histórico en que la disciplina está de vuelta a cuestiones teóricas desde su propia perspectiva. Esta búsqueda de preguntas teóricas propias no significa que la Historia permanece como disciplina autónoma o ajeno a las otras ciencias humanas, pero que ella misma y al mismo tiempo el campo de las Ciencias Sociales, en particular la Antropología, estimular los problemas y enfoques segundo metodologías y teorías aplicado más en el campo y la empiria, a renunciar de operacionalizaciones totalizadora, abstracto y estructurales.

Palabras-claves: Teoría; Historia; Ciencias Sociales.

¹ João Francisco Schramm é bacharel em Antropologia pela UnB e atualmente é mestre em História pela mesma universidade.

“O discurso histórico nos fala de um passado para enterrá-lo, no duplo sentido de honrar os mortos e participar de sua eliminação da cena dos vivos.”

Michel de Certeau.

Desde sua criação como disciplina acadêmica no século XIX, a História permaneceu em constante debate com as Ciências Sociais, debate este que se mantém até hoje, no entanto numa configuração distinta. Marcada por uma constante tentativa de interdisciplinaridade, as discussões teóricas da disciplina se estabeleceram durante boa parte do século XX em empréstimos dos grandes modelos teóricos das Ciências Sociais, ao acompanhar suas mudanças e correntes, muitas vezes também numa disputa por espaços institucionais que se viam ameaçados por abordagens teóricas renovadas. Nesse sentido, a autonomia teórica e metodológica da História pôde ser parcialmente questionada já que suas principais correntes estiveram em amplo debate com as Ciências Sociais à exceção de autores marginais que buscaram questões próprias, questões essas que não foram amplamente discutidas na época em que foram levantadas, mais que agora são retomadas, num período em que correntes macrossociais de interpretação não mais se sustentavam como à gerações atrás.

É sobre essa busca por teorias e métodos próprios, que marca o atual momento da historiografia, que este artigo se debruçará, ao discutir também a permanência do diálogo com as Ciências Sociais, num contexto em que essa ciência estabelece um novo estado de arte que tem como característica uma maior abertura a modelos teóricos que enfatizam teorias que devem se adaptar à empiria sem condicioná-la previamente. Nesse sentido, esse artigo se propõe a analisar como que a busca por teorias próprias à História acompanha também um momento em que as Ciências Sociais, notavelmente a Antropologia se propõe a um novo horizonte teórico.

Tendo já discutida a proposta desse artigo, é interessante agora desenvolver uma breve discussão dos primeiros grandes debates que a disciplina histórica desenvolveu

com o objetivo melhor compreensão sobre o momento atual de discussões teóricas e metodológicas e sua relação com as Ciências Sociais.

Ao se estabelecer como disciplina autônoma e universitária a escola histórica alemã do século XIX se afirmou num amplo debate com o que até então era conhecido como “filosofia” da história. Essa concepção que trazia em si a ideia de uma História única e de movimento progressista fora questionada como um modelo positivista de análise, que concebia um movimento linear de desenvolvimento à civilização como um todo, além de encampar grandes projetos políticos futuristas.

O intuito dos metódicos era estabelecer as bases de uma ciência histórica que poderia conter a objetividade de um método baseado majoritariamente na crítica documental das fontes, no intuito de criar histórias singulares, amplamente embasadas na empiria. Isso tudo contribuiu para a afirmação de uma disciplina acadêmica formalmente construída segundo o método hermenêutico com o apoio de disciplinas auxiliares como, por exemplo, a filologia, a linguística a paleologia etc.

Durante as últimas décadas do século XIX, num momento em que a escola metódica conquistava seus méritos científicos e institucionais, é que a Sociologia tentou se estabelecer como um ramo das ciências humanas, uma ciência positiva, assim como as ciências naturais, com sua legitimidade, seu método e objeto. Para isso, ela teria que afirmar como um ramo científico superior à História, algo inevitável em sua busca por legitimidade e espaço institucional. No entanto, antes mesmo de buscar se afirmar como uma nova ciência no combate aos historiadores metódicos, a Sociologia de Emile Durkheim teve que concorrer com outras correntes sociológicas que tentavam emergir no final do século XIX, como a corrente defendida por Gabriel Tarde, jurista francês que ficou famoso por suas críticas ao método antropométrico de Cesare Lombroso.

No cerne desse debate havia a noção de que, para Tarde, a Sociologia teria de estar associada à Psicologia, devida a sua ideia de que o progresso da ciência depende da originalidade de indivíduos em situações de meditações solitárias. Em contramão a essa concepção, Durkheim afirmava o contrário, defendendo processos em que a divisão do trabalho, cada vez mais acentuada e coletiva, traria especializações cada vez maiores e isso refletiria nas carreiras acadêmicas – delas sairiam educados os cientistas aptos

para analisar a sociedade. A tensão entre esses dois autores teve consequências no campo universitário francês do final do século XIX, sendo Durkheim quem conseguiu conquistar maior legitimidade na formação de uma escola sociológica.

No entanto, esse debate fora retomado recentemente devido ao retorno do “indivíduo” e da escolha pessoal nas pesquisas sociais e históricas, contra o as estruturas e esquemas globalizantes macrossociais, esquema analítico que teve grande influência tanto entre cientistas sociais e historiadores, mas que se encontra em desuso atualmente. Não cabe a esse artigo aprofundar o debate que esses dois autores empreenderam, mas sim expor que a sociologia de Emile Durkheim (2007), antes de se bater com a escola metódica, teve de se afirmar contra a corrente de Gabriel Tarde, debate este que fora retomado recentemente.

Segundo Marc Bloch, no momento de maior influência da Sociologia durkheiminiana houve intensa crítica aos historiadores metódicos. Cunhados de historiadores “historicizantes”, a disciplina foi relegada ao relato de acontecimentos, ao fortuito e somente a Sociologia faria o papel de racionalizar as estruturas profundas das sociedades. A “coisificação do social” (DOSSE, 2003), caracteriza bem esse momento histórico em que as ciências da natureza deslumbravam os cientistas do espírito, que tentavam a seu modo buscar um grau de legitimidade científico semelhante. Nessa busca, era coerente tentar descobrir supostas leis rígidas que regem o comportamento da sociedade, que atuam coercivamente nos indivíduos sem que estes percebam muitas vezes.²

A noção de “fato social” foi criada para justamente como um contraponto à “subjetividade psicológica individual” – haveria a necessidade de separar a subjetividade do indivíduo à objetividade do fato – e é nesse sentido que o “social” transforma-se em objeto, assim como se tem em mira um objeto das ciências da natureza. Nessa perspectiva, a narrativa histórica perderia todo seu crédito, toda sua viabilidade como ciência, por ser casual e singular, em face de uma Sociologia nascente que trazia em si um horizonte de uma ciência que explicaria os fenômenos da vida em

² É interessante notar também que os sociólogos, notavelmente os durkheiminianos, ao propor forças sociais que atuam coercivamente sobre os indivíduos, sem que estes percebam, se colocam como indivíduos que por meio de seu distanciamento científico percebem “forças sociais invisíveis” a eles mesmos.

sociedade assim como a Física explica os fenômenos físicos. É nesse espírito positivista que Comte, conhecido como precursor da Sociologia numa primeira tentativa nomeia a nascente disciplina de “física social”. Ainda assim, Durkheim (2007) argumentava que a História só poderia ser uma ciência se ela elevar-se a acima do individual, e assim feito, ela se tornaria um *ramo* da Sociologia.

É imbricado nesse debate que uma nova geração de historiadores reunidos em torno da revista dos Anais de História Econômica e Social acabaram por fundar uma corrente histórica que teve grande influência durante todo o século XX principalmente na França e, por conseguinte no Brasil. O objetivo dos Anais era de quebrar o relato histórico e fazer prevalecer a cientificidade de um discurso renovado pelas Ciências Sociais, numa crítica ao “acontecimento” e seu relato, crítica aberta à narratividade e à escola metódica que ficou caracterizada por produzir uma “história de batalhas” e uma “história dos grandes”, demasiadamente política e centrada em indivíduos tidos como proeminentes. As primeiras gerações dos Anais favoreceram estudos de forças macrossociais, ao se utilizarem também de uma concepção marxista de que eventos políticos são conjunturas da “superestrutura”, joguetes de formas estruturais/econômicas maiores.

No entanto, os historiadores dos Anais que criticaram a escola histórica alemã, no amplo debate liderado por Simiand, defensor do método durkheiminiano contra Langlois que defendia a escola metódica, ao afirmarem que estes eram positivistas pela sua ênfase metodológica de crítica documental, em que se acreditava que a voz do historiador devia se apagar frente à fonte, pouco perceberam que a Sociologia durkheiminiana era muito mais próxima de um positivismo Comtiano do que a escola metódica, ao qual eram oriundos: a própria crença de forças ocultas ao indivíduo que movem a sociedade e que se observadas com “distanciamento” podem ser estabelecidas em leis gerais, noção que contempla parte do programa de Émile Durkheim, ou mesmo a noção de um “fato social” tangível e objetivo, demonstram semelhanças teóricas com o projeto de Augusto Comte, o “pai” do positivismo.

Mas a eliminação do político e do acontecimento em proveito da investigação das causas estruturais, econômicas e sociais, de longa duração e de mentalidades, curiosamente não permitiu a essas primeiras gerações dos *Anais* compreender o

turbulento período em que viviam, como o fenômeno fascista e estalinista. Em *A Estranha Derrota*, Bloch (2011) relata sua autocrítica em relação a essa atitude de escritório, em considerar em demasia o jogo das forças massivas e não se colocar individualmente em ação, num período de extrema turbulência política. Émile Durkheim e Marc Bloch, dois cientistas humanos que, cada um a sua maneira, rejeitavam os acontecimentos em prol de perspectivas teóricas abstratas e macrossociais que moldavam estes, viveram eventos dramáticos durante as guerras. O primeiro perdeu o filho e grande parte de uma geração de alunos promissores na Primeira Guerra. O segundo perdera a vida como outros tantos membros da resistência francesa em 1944.

Na “era Braudel”, conhecida como a terceira geração dos Anais de História Econômica e Social, podemos notar uma mudança significativa do envolvimento das Ciências Sociais nas questões teóricas utilizadas pela História, mas agora sob a influência da Antropologia estruturalista de Lévi-Strauss. A alteridade, o encontro o *outro*, a diferença, tornaram objetos de investigação histórica em possibilidades para além da relação de humanos com humanos, numa valorização das lógicas espaciais em que o mar mediterrâneo, por exemplo, vira um sujeito numa narrativa. Em o *Mediterrâneo*, Braudel (1984), utiliza-se de três temporalidades diferentes, o tempo curto como o tempo ilusório em relação às permanências dos grandes pedestais da *geo-história*, relegando ao acontecimento a insignificância, mesmo ocupando ele um terço de sua tese. Rejeita-se o circunstancial para voltar-se sobre o que se repete. No entanto, mesmo a longa duração permanece duração, e isso faz com que o discurso histórico não seja idêntico ao da Sociologia ou Antropologia. A narração continua como prática indispensável da História.

Roger Chartier (1990) assinala que a disciplina histórica na França dos anos de 1960 e 1970 tinha amplo privilégio institucional, mas estava ameaçada intelectualmente devido às inovações de disciplinas vizinhas. Atrelada a uma interpretação macrossocial e estrutural, a disciplina nessa época mantinha a posição de que as estruturas e os modelos derivados dos estudos seriais e quantitativos eram capazes de reconstruir as sociedades assim como elas eram no passado. Ao ver-se ultrapassada por uma nova abordagem sociológica que agora se voltava não mais às hierarquias, mas à relação, não mais às posições mais às representações, a disciplina histórica na França tomou atitude

de se por à frente de novas pesquisas, que não mais ressaltavam os estudos de longa duração, mentalidades ou de abordagem de modelos seriais e quantitativos. Daí a emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco. O que representava a constituição de novos territórios através da anexação de territórios outros.

É nesse sentido que podemos sugerir, em amplos aspectos, que a história econômica e social de influência da corrente dos Anais, baseou o seu foco na crítica contra uma história singular, centrada no método de crítica das fontes e a favor de uma história que carregava em si a influência de pressupostos teóricos macrossociais e estruturais das Ciências Sociais. No entanto, aos poucos a história social perdera parte de sua credibilidade ao ater-se demais em estudos de sociedades sem indivíduos, em que estes são apenas “joguetes de forças maiores”. A história cultural, assim como a história dos costumes, como a discussão de agencia ou protagonismo individual de Thompson, trouxe de volta a possibilidade de escolha, de estratégia pessoal, de intenção e de análise racional do indivíduo.

Nos anos 50 e 60 encontramos modelos de análise de “sociedades sem atores”. Nos anos de 1980 houve uma retomada na ênfase do papel central dos atores, que antevia um “mundo social irregular, de racionalidades discretas, que se impõe aos atores mas que também oferece recursos e possibilidades de escolha”. (REVEL, 2009). Essa nova concepção histórica de análise de temporalidades particulares e relações singulares previa o câmbio dos dois modelos: do particular ao social do social ao particular.

Podemos ver também que o diálogo entre a História e as Ciências Sociais acompanhara agora as ressignificações do conceito de “cultura”. A visão de uma cultura legítima, canonizada, “autorizada”, prescritiva e limitadora daquilo que devia se conservar e transmitir de geração em geração foi sendo substituída pela “cultura” como um conceito antropológico do termo: como uma instância própria e particular que abriu maior possibilidade de interpretação do *conjunto* de realidades políticas, sociais e econômicas. O pesquisador não buscava aquilo que caracteriza a unidade de uma cultura, mas uma interpretação de culturas particulares, muitas vezes segundo a sugestão metodológica de Cliford Geertz na obra *A interpretação das culturas* (1989)

na construção de uma *descrição densa*, modelo de pesquisa que se tornou cada vez mais utilizado por antropólogos e, por conseguinte por historiadores.

É interessante notar também que tal olhar da cultura no plural e no seu sentido antropológico está vinculado ao seu tempo num contexto social particular. Certeau nos chama a atenção para as “correspondências ocultas” de coisas que começam a se mexer ou a se imobilizar juntas, “em setores inicialmente tidos como estranhos”. Assim como a atenção dos historiadores por uma “história social” passou para uma “história econômica” devido a grande crise econômica de 1929, a história cultural surge num momento em que os lazeres e a mídia de massa fazem a “cultura” ter uma importância política, social e econômica nova. (CERTEAU, 1982).

Como sugere Revel (2009), assim como na abertura da revista dos Anais, o termo “social” se fez por evitar “cercar-se de muralhas”, o “todo cultural” atual veio conferir a deterioração dos grandes modelos teóricos que tentavam garantir a possibilidade de uma inteligência global do mundo sócio histórico a partir de um quadro explicativo comum. A própria ideia de uma sociedade concebida como totalidade veio a abalar-se devida a crescente descrença no porvir, nas promessas do progresso. Uma marca do tempo histórico atual não mais vislumbra um futuro de progresso ininterrupto da ciência e da sociedade, mas um temor constante de uma guerra final, ou de um esgotamento ambiental, envenenamento do solo, extinção. Esse novo horizonte é uma marca indelével do mundo contemporâneo.

Nesse instigante debate *metahistórico*, o contexto social, político e econômico revela grande influência sobre os novos objetos e problemas elencados por historiadores e cientistas sociais. Certeau (1982) ressalta que a disciplina histórica serve também como meio de testar a veracidade de métodos de outras disciplinas, quando ela utiliza-os em suas pesquisas no contraste com as fontes. Essa capacidade de teste da prática historiográfica contra métodos de outras disciplinas, notavelmente com as Ciências Sociais, é fruto de um novo olhar sobre as possibilidades das pesquisas históricas em sua relação com a fonte e a empiria. O “capricho” na análise das fontes e na coleta de dados é uma distinção do trabalho do historiador como revela José Murilo de Carvalho (2002). A possibilidade da História em testar métodos de outras ciências ocorre muitas vezes porque a fonte, ou a emergência de um “fato”, contradiz todo um modelo teórico

inviabilizando-o, daí a necessidade de uma nova relação entre teoria e prática de pesquisa. Hoje a atenção do historiador se concentra, em muitos, casos em pesquisas de micro análises, mesmo mantendo o escrutínio de fontes massivas, mas agora na busca não do que se repete, reproduz-se ou o que se mantém, mas naquilo que escapa ao geral, às fronteiras, ao que foge da recorrência.

Essa diferente relação entre teoria e empiria revela uma nova configuração interdisciplinar entre a História e as Ciências Sociais. Alinhada teoricamente nos amplos debates das Ciências Sociais durante o século XX, a disciplina histórica acompanhou o momento em que as Ciências Sociais abandonam quase por completo modelos teóricos macrossociais e estruturantes que com configuravam previamente o uso das fontes. Podemos afirmar que hoje, ao mesmo tempo, que a História busca por elaborar questões teóricas próprias a sua disciplina, ela também acompanha a renovação do debate nas Ciências Sociais, notavelmente no abandono dos esquemas de análises totalizantes.

Nessa aproximação dos historiadores por questões teóricas próprias à sua disciplina, a contribuição de Reinhart Koselleck (2006) é indiscutível. Segundo esse autor, o historiador necessita de uma teoria da História, pois a teoria estrutura a sua subjetividade e o ajuda a criticar as fontes. Não buscar a luz da teoria em outras disciplinas, mas nos gargalos que necessitem dela. Koselleck (2006) busca uma teoria da histórica que torne possível a prática historiográfica em temporalidades não cronológicas, daí a discussão de estratos de “tempos históricos”, que seriam avaliados segundo vivências pessoais e coletivas sobre a relação da experiência do passado com a expectativa do futuro.

Koselleck (2006) elabora categorias que refletem a possibilidade da história, na vivência pessoal e coletiva do tempo. Na prática da pesquisa, o historiador terá que lidar com leituras específicas do passado, e tirar daí diversos extratos temporais, pois diferentes tempos históricos se relacionam com vivências de tempos diferentes. Para ser compreendida, a categoria de “espaço de experiência” não pode ser confundida com a amplitude, em um “contexto histórico”. Nesse sentido, as categorias elaboradas por Koselleck (2006) são vivências humanas, dados antropológicos prévios.

O tempo histórico estaria alinhado na tensão constante entre as categorias de “espaço de experiências” e “horizonte de expectativa”, que são vivências antropológicas prévias aludidas a qualquer ser humano e grupos sociais, podendo ser analisada em distintas temporalidades, de longa, média e curta duração, na busca por se compreender o que se mantém nessas durações, as continuidades e descontinuidades histórico-sociais desse tempo histórico particular à pesquisa. São categorias sem conteúdo particular: o problema vem quando são historicizadas, preenchidas por uma experiência. Nesse sentido, Koselleck (2006) propõe que o historiador, ao invés de buscar pela verdade histórica, busque por condições de possibilidade do conhecimento histórico, contribuindo para que a História demarque um objeto próprio na produção de critérios de temporalidades numa história em movimento.

Sobre os riscos do anacronismo, quando o historiador infere categorias do presente para eventos do passado, Koselleck (2006) contribui para a elaboração teórica de uma história dos conceitos com uma metodologia própria, mas que pode acompanhar a pesquisa de, praticamente, qualquer história social, entendendo-se aqui por história social a pesquisa histórica em amplos aspectos e em todas suas esferas, políticas, econômicas, religiosas etc. Ele se refere à linguagem como a “matéria”, o conteúdo indispensável do trabalho do historiador que nos estudos das alternâncias e permanências dos significados dos conceitos, a história dos conceitos contribui em grande medida para a compreensão de uma história social. Para ele, a história dos conceitos trabalha sob a premissa de auferir a permanência e alteração dos significados desses conceitos que devem ser considerados também pela perspectiva de uma história social. (KOSELLECK, 2006)

Para além de uma teoria que possibilite a própria História, a crítica das fontes como uma prática metodológica eficaz e objetiva foi uma preocupação central no advento da disciplina histórica entre os *metódicos* do século XIX. Essa discussão permanece ainda hoje e a contribuição de Gadamer (2008) nos é fundamental nesse debate. É interessante notar que a sugestão de Gadamer (2008), em se fazer da hermenêutica, na prática da compreensão textual, um trabalho de constante revisão, nos chama a atenção para a necessidade do historiador reconhecer suas próprias noções prévias que muitas vezes não são admitidas e passam despercebidas e que impede a

compreensão. A constante revisão das fontes anda em passo com a constante revisão das noções prévias do autor. Se tais preconceitos passam despercebidos, a análise textual, consequentemente a compreensão da fonte será comprometida, segundo um viés por vezes anacrônico.

Quando uma compreensão textual ocorre com sucesso, no trabalho constante de revisão interna (do autor, em suas concepções prévias) e externa, (do próprio conhecimento erudito da fonte), surge a possibilidade de uma “fusão de horizontes”: o encontro da perspectiva pessoal do historiador, com o seu horizonte próprio, com o horizonte presente na fonte e que pode ser deduzido. (GADAMER, 2008) Mas fazer história não é só crítica documental, hermenêutica ou filologia. O historiador trabalha com a construção de algo que está para além do texto, mesmo sabendo que para isso, terá de ter um conhecimento profundo da fonte, criticando-a, num trabalho constante também de autocritica de noções prévias, além de uma erudição profunda de tudo que se relaciona a ela, ou seja, do contexto social que envolve a fonte, para enfim, preencher as “lacunas” que não estão na fonte, mas que podem ser deduzidas dela. É nesse sentido que a construção do historiador se torna distinta da construção narrativa literária: para ir além do texto, o historiador se apoia na erudição, não só das fontes, mas da literatura científica relacionada ao seu tema.

É sobre essa diferença entre a construção narrativa histórica e a construção narrativa literária que Carlo Ginzburg (2002) defende, no debate da “virada linguística”, a posição de que a construção narrativa histórica não é apenas linguagem, ou seja, ficção e criação literária, mas que ela, justamente por se balizar na erudição, tanto das fontes como de bibliografias secundárias, é ciência, diferente da literatura, que tem total licença poética na construção de sua narrativa.

Segundo Jörn Rusen (1996), os historiadores pós-modernos retomaram à narrativa como uma prática singular da elaboração do conhecimento histórico. A narratividade toma a forma de um conceito que explica a relação constitutiva do pensamento histórico para com as práticas culturais da memória e identidade coletivas. Ela mostra que a historiografia opera sua função na vida prática através da forma narrativa. É somente nessa forma que a informação ao passado é especificamente

“histórica”, e somente nesta forma o conhecimento histórico pode desempenhar suas funções culturais.

Esse retorno “desconfortável” à narrativa pode ser visto também, numa discussão *metahistórica*, como um novo estado de arte da disciplina histórica em sua relação com outras disciplinas acadêmicas como as Ciências Sociais, em que a História, além de buscar por teorias e metodologias próprias ao seu campo de pesquisa, busca também reafirmar a narrativa como uma peculiaridade própria do seu conhecimento.

A consagração de uma maior liberdade teórica e metodológica entre os historiadores hoje se caracteriza também na possibilidade de usos específicos de modelos de disciplinas vizinhas. Podemos citar, por exemplo, uma pesquisa que se utilize da crítica de Marx sobre as dinâmicas do capital e as relações de trabalho num sistema produtivo, sobre a moral burguesa na construção de uma identidade coletiva, sem necessariamente se ater em sua teoria da História, inclusive propondo usar os sistemas culturais como a infraestrutura de uma sociedade, colocando a esfera política em seguida, mas dependente desta, para só então discutirmos a esfera financeira e econômica, dependente dessas duas anteriores. Isso serve como exemplo de que hoje vivemos em um período em que o uso de um grande sistema metodológico não mais se faz “obrigatório”.

Esse momento em que a disciplina histórica elabora teorias próprias num retorno inclusive à narrativa, mas sem abrir mão da influência de campos vizinhos traz novos desafios para os historiadores: o uso “aplicativo” da teoria numa busca por legitimação, que, como sugere Certeau (1982), remete *a um lugar de autoridade que produz credibilidade*, revela que concomitante ao momento de consagração de um autor surge a “moda” que deve ser, se não seguida, ao menos citada. É nesse sentido que algumas pesquisas historiográficas apontem a obra de Koselleck (2006), no uso de suas duas categorias meta históricas apenas *an passant*, sem uma referência à busca dos estratos de tempos históricos particulares à pesquisa, por exemplo.

O uso aplicativo de teorias de outras disciplinas para além da História, também é bastante comum, principalmente em teorias de autores já consagrados ou aqueles que estão na moda. No entanto, a busca por teorias próprias à História encerra também outro

desafio talvez até mais difícil de ser superado, se é que ele tem que o ser: num ambiente de constante especialização acadêmica, é plausível deduzir que a área de teoria histórica crescerá em linhas de pesquisa e programas de pós-graduação, com o risco de os historiadores dessas áreas levantarem questões puramente teóricas que não se relacionem diretamente com a prática de pesquisa. Podemos ver em linhas de pesquisa de algumas universidades brasileiras essa tendência, por exemplo: na UnB temos a linha de pesquisa “Ideias, teoria e historiografia”, na UFRGS temos a linha “Teoria da história e historiografia”, na UFG a linha “Ideias, saberes e escritas da (e na) História”. A título de exemplo, esses programas revelam um momento em que a disciplina histórica busca questões teóricas próprias, mas que essa busca pode trazer o desafio de discussões puramente teóricas que não se vinculam à prática de pesquisa com fontes.

A ideia central desse artigo é acompanhar o leitor numa discussão *metahistórica* do longo debate entre a História e as Ciências Sociais além de apontar também a emergência da elaboração e a preocupação dos historiadores hoje por questões teóricas próprias à disciplina. É nesse sentido que os programas de pós-graduação aqui mencionados revelam uma tendência não hegemônica, mas decisiva em que os profissionais da História buscam por discussões teóricas próprias, mesmo com poucos programas nacionais que apontem nessa direção. Outro elemento decisivo é a elaboração de teorias da História, como, a título de exemplo, a contribuição de Koselleck (2006) em se discutir as questões dos tempos históricos e de uma história dos conceitos. Poderíamos contar também com as contribuições teóricas de outros autores como Jörn Rusen (1996) e sua discussão sobre os processos de emergência de uma “consciência história” dos indivíduos, ou mesmo nas “formas” e “funções” do conhecimento histórico, na vida social que segundo esses autores, desempenham “sempre funções na vida cultural do tempo presente (...), que tornam necessários e significativos todos os esforços de reflexão da história como ciência”. (RISEN, 1996, p. 10). No entanto, esses exemplos nos servem mais, a título da discussão central desse artigo, para reforçar a ideia de que autores centrais da disciplina hoje buscam por elaborar teorias que não se relacionam diretamente a interdisciplinaridade ou com os empréstimos dos modelos de outras ciências.

Mas, essa busca por teorias próprias não se justifica pelo abandono da relação da disciplina histórica com as Ciências Sociais, por exemplo. Como já fora abordado anteriormente, nesse amplo debate com as Ciências Sociais ao longo do século XX, a disciplina acabou por se “abrir” a modelos menos “coercivos” às fontes, num momento em que a própria ciência social criou novos campos de análise em que a experiência individual e simbólica das culturas, por exemplo, tomavam corpo nas pesquisas.

Essas questões aqui discutidas, por demais sucintas, não só podem ser afirmadas de uma maneira generalizante, pois autores marginais às modas de seu tempo existem e acabam por serem retomados em tempos posteriores. No entanto, esse acompanhamento *metahistórico* nos serve para compreender a “alforria” metodológica em que a disciplina se encontra, em um terreno novo, rumo a desafios próprios: outrora multidisciplinar, a disciplina histórica hoje mantém um diálogo mais independente com as Ciências Sociais, numa relação em que os modelos de interpretação teóricos consagrados por outras disciplinas concorrem com questões teóricas abrangentes que surgiram no seio do debate historiográfico. Nessa concorrência sadia, podemos supor uma tendência nova, que tende a crescer, de busca por teorias próprias da História pela História.

Bibliografia

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols. São. Paulo: Martins Fontes, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. Entrevista. In: José Geraldo Vinci de Moraes/José Márcio Rego. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. SP: Cia das Letras, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: Difel, 1990.

DOSSE, François. *A História*. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2003.

DURKHEIM, É. *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Martins Fontes, 2007.

GADAMER Hans-Georg. *Verdade e Método*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

REVEL, Jacques. *Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica*. In: Jacques Revel. *Proposições*. Ensaio de história e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

RÜSEN, Jörn. *Objetividade e narratividade nas ciências históricas*. História Revista, v. 4, n. 1, 1996.

– *História Viva. Formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.